



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS VII - SUMÉ

TANIELBA LÊLA ARAÚJO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA NO
ENSINO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS DO PROGRAMA
PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO
DE SUMÉ-PB**

Sumé – PB
2017

TANIELBA LÊLA ARAÚJO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE
LINGUAGENS E CÓDIGOS DO PROGRAMA PROJovem CAMPO-
SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Sumé – PB

2017

A663e Araújo, Tanielba Lêla.

Economia solidária como ferramenta no ensino de linguagens e códigos do Programa Projovem Campo-saberes da terra no município de Sumé - PB. / Tanielba Lêla Araújo. - Sumé - PB: [s.n], 2017.

38 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Educação. 2. Economia solidária. 3. Ensino de Linguagens e códigos. I. Título.

CDU: 374.7

(043.1)

TANIELBA LÊLA ARAÚJO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE
LINGUAGENS E CÓDIGOS DO PROGRAMA PROJovem CAMPO-
SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: ____/ ____ / 2017

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. LENILDE MÉRGIA RIBEIRO LIMA – UAEB/UFCG
(Orientadora)

Profa. Dra. LÍGIA MARIA RIBEIRO LIMA – DESA/UEPB
(Examinadora 1)

Profa. Dra. VERA LÚCIA MEIRA DE MORAIS SILVA – DQ/UEPB
(Examinadora 2)

Sumé – PB
2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos e, especialmente, à minha filha Letícia, que me motivaram a concluir o curso. Aos meus colegas de curso que, assim como eu, se dedicaram e conseguiram alcançar essa etapa tão importante em nossas vidas.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele não somos nada.

À coordenadora do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, polo de Sumé-PB e minha orientadora, Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima, pela orientação, paciência e incentivo, que foram fundamentais para a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES) da Universidade Federal de Campina Grande, na pessoa da Profa. Dra. Crislene Rodrigues da Silva Moraes.

Às professoras que gentilmente se dispuseram a ajudar-me na pesquisa e coleta de dados, disponibilizando seus materiais.

Aos professores e colegas com quem pude conviver e trocar experiências ao longo da especialização.

Aos meus pais, irmãos e amigos pelos incentivos diários, e a Letícia que, mesmo inconscientemente, me impulsiona a buscar novos caminhos e novos conhecimentos.

A todos: obrigada!

RESUMO

ARAÚJO, Tanielba Lêla. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS DO PROGRAMA PROJovem CAMPO-SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista. (UFPB/CDSA), Sumé, 2017.

O programa ProJovem Campo-Saberes da Terra visa oferecer qualificação profissional e escolarização a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, ampliando o acesso à educação desta parcela da população historicamente excluída do processo educacional. A área do conhecimento de Linguagens e Códigos procura contribuir para ampliar a compreensão das práticas sociais, funcionando como um elo entre as áreas do conhecimento e os Eixos Temáticos trabalhados no Projovem. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo discorrer a respeito dos planejamentos feitos por professores da área de Linguagens e Códigos do Programa no município de Sumé-PB, tendo em vista a inserção do tema Economia Solidária como ferramenta para o ensino da supracitada área. Com isso, pretende-se verificar se os conteúdos referentes à Educação. Para tanto, foi utilizada a pesquisa qualitativa-interpretativa, tendo envolvido duas docentes do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, do município de Sumé-PB, tendo como objeto de análise seus planos de aulas (Módulos I e II), buscando-se verificar como os conteúdos acima referidos são introduzidos nos seus planos, bem como o impacto que causam na formação da consciência crítica dos discentes voltada para o trabalho no contexto da Economia Solidária. Observou-se que as docentes inserem a Economia Solidária no cotidiano de suas aulas, colaborando para desenvolver nos educandos um interesse pelo cooperativismo, visto que tentam aproximar os conteúdos das disciplinas às necessidades dos alunos.

Palavras-chave: Pensamento crítico. Economia Solidária. Projovem Campo

ABSTRACT

ARAÚJO, Tanielba Lêla. **SOLIDARY ECONOMY AS A TOOL IN TEACHING OF LANGUAGES AND PROGRAM CODES OF PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA PROJECT IN MUNICIPALITY OF SUMÉ-PB.** Monograph presented to Postgraduate Course in Youth and Adult Education with Emphasis in Solidarity Economy in Paraíba's Semiarid, as a requisite for obtaining Specialist title. (UFCEG/CDSA), Sumé, 2017.

ProJovem Campo-Saberes da Terra project aims to offer professional qualification and schooling to young family farmers aged 18 to 29 who have not finished elementary school, increasing access to education for this portion of population historically excluded from educational process. Area of knowledge of languages and codes seeks to contribute to broadening the understanding of social practices, functioning as a link between areas of knowledge and thematic axes worked in Projovem. Therefore, present work aims to discuss plans made by teachers of Languages and Codes area of Program in city of Sumé-PB, with a view to inserting topic Solidarity Economy as a tool for teaching aforementioned area. Purpose of this study was to verify if contents related to Education. It was used qualitative-interpretive research, in what two teachers of Projovem Campo-Saberes da Terra Program, in city of Sumé-PB, were involved, trying to verify how aforementioned contents are introduced in their plans (Modules I e II), as well as impact they cause in formation of critical awareness of students focused on work in the context of Solidarity Economy. It was observed that teachers insert Solidarity Economy in daily life of their classes, collaborating to develop in students an interest in cooperativism, since they try to approach contents of disciplines to needs of students,

Keywords: Critical thinking. Solidarity Economy. Projovem Campo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	12
3.1.1 Educação Popular	17
3.1.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)	20
3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
3.3 PROGRAMA PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA ...	26
3.3.1 Linguagens e Códigos no Programa Projovem Campo- Saberes da Terra	29
3.3.2 Educação Popular e Economia Solidária na Disciplina Linguagens e Códigos	30
4 METODOLOGIA	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES	39
APÊNDICE A – Questionário aplicado às docentes	39
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	41

1 INTRODUÇÃO

Para uma abordagem minuciosa do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, a introdução dos conteúdos da Educação Popular e Economia Solidária nos planos de aulas preparados pelo professor para contribuir com a formação de uma consciência crítica, voltada para o trabalho no contexto da economia solidária, deve ser levada em consideração.

No que se refere à Educação Popular, pode-se dizer que ela traz a importância do conhecimento como uma possibilidade de superação do indivíduo que vive em um mundo de analogias contraditórias e de padrões mecanicistas que buscam fazer uma análise superficial da realidade social, inibindo assim o desejo de mudança. Neste sentido, Freire (2006) destaca para a necessidade de o indivíduo sair da neutralidade e refletir sobre a realidade em que está inserido.

Mediante a tomada de consciência, o indivíduo busca por meio de ações concretas, sair das conjunturas de invisibilidade, tanto quanto de aceitação da realidade, e busca alternativas de mudanças que venham transformar a realidade. A Educação popular assume uma perspectiva de transformação educacional do ensinar e do aprender, tanto quanto da realidade social dos sujeitos envolvidos nesse contexto (MOURA, 2012).

A Educação Popular se constitui em um ato que norteia o trabalho do professor da Educação de Jovens e Adultos em sala de aula, enquanto orientador, visto que o educando deve tomar conhecimento das atividades em que se encontra envolvido e como deverá fazer uso destas nas diversas situações do seu dia a dia para sobressair frente às situações de opressão em que foram postos.

A proposta da Economia Solidária em consonância com a educação popular pode ser considerada uma ferramenta para a melhoria da aprendizagem educacional, como a ação organizada do povo, das massas, para alcançar o

objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses (HURTADO, 1993).

Os conteúdos relativos à Economia Solidária devem estar presentes nas atividades da prática e não são tarefas fáceis de ser realizadas. Ambas constituem atividades de grande relevância tanto para o professor em sala de aula quanto para a prática da cidadania dos envolvidos, uma vez que será a partir desses conteúdos que o docente irá expor seu ponto de vista e inserir no seu trabalho práticas educativas que envolvam as diversas áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, atentar para o que acontece na sociedade e seus efeitos dentro do campo escolar.

A decisão de basear esta pesquisa na figura do professor de Linguagens e Códigos do programa Projovem Campo-Saberes da Terra deve-se ao fato de entender que o docente pode atuar como um mediador no processo de formação de uma consciência crítica voltada para a Economia Solidária. Diante disso, considerou-se como hipótese o fato de que há um descompasso entre as teorias relativas à Economia Solidária, em relação à preparação dos planos de aulas organizados pelo professor, que ainda não consegue romper com a prática tradicional de ensino. Talvez isso ocorra devido à ausência de um conhecimento mais aprofundado do que seja Economia Solidária e de como introduzi-la em seus planos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar se o conteúdo referente à Economia Solidária encontra-se inserido nos planos de aulas na área de Linguagens e Códigos do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra e qual o impacto desse conteúdo para a formação de uma consciência crítica voltada para o trabalho no contexto da Economia Solidária.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as concepções teóricas acerca da Economia Solidária, que o docente da área de Linguagens e Códigos do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra difunde em sua intervenção, durante a preparação dos seus planos de aulas.
- Relacionar os conceitos referentes à Economia Solidária com os critérios contidos nos planos de aula do docente de Linguagens e Códigos do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra.
- Analisar a relevância e a contribuição dos registros feitos pelo docente em seus planos, para a formação de uma consciência crítica do discente, voltada para o trabalho no contexto da Economia Solidária.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Segundo Romanelli (1986), a história da educação no Brasil surgiu desde o período colonial, em que os indígenas eram submetidos ao catecismo promovido pelos missionários jesuítas que difundiam a crença cristã entre os nativos. Posteriormente, o ensino passou a ser laico, porém restrito aos homens brancos, que estudavam em colégios religiosos ou na Europa.

De acordo com Ribeiro (2007), alguns fatores levaram o governo português a mudar sua posição em relação à Colônia e promover a colonização de forma mais rápida: o esgotamento do pau-brasil na região costeira; a impossibilidade dos nativos de produzirem produtos de relevância para o mercado europeu, bem como a resistência ao trabalho escravo; as dificuldades em encontrar ouro e pedras preciosas e os sérios riscos de perder o território para outras potências. Diante dessa situação, Portugal foi forçado a empreender novos esforços para a colonização, começando o cultivo da cana de açúcar em grande escala de produção, utilizando a mão de obra escrava, para atender o mercado externo. Para atingir esse objetivo, era necessária e urgente a conversão dos indígenas à fé cristã. A catequese e a instrução serviriam como meios de controlar os ataques indígenas e, ao mesmo tempo, criar condições para o avanço no processo de colonização.

A expulsão dos jesuítas estancou o processo educativo; contudo, com a chegada da Família Real em 1808, grandes mudanças aconteceram na área educacional e, aos poucos, foi se esquematizando o ensino imperial, com o governo português deixando claro que sua intenção era dar à Colônia ares de uma Corte à altura das europeias. No que diz respeito à educação, o ensino imperial viria a ser estruturado em três níveis: primário, secundário e superior (ALVES, 2009).

Com a decadência do Império no final do século XIX, a classe média ficou muito insatisfeita, porém sem forças para derrubar o sistema de governo, pois não possuía meios de produção nem influência política necessária para tanto. Os cafeicultores juntaram-se aos militares, integrantes da classe média, buscaram apoio de outros pequenos grupos insatisfeitos e, sem praticamente nenhuma participação popular, proclamaram a República em 15 de novembro de 1889, tendo como escolhido o Marechal Deodoro da Fonseca, antigo monarquista e amigo do Imperador, para chefiar no Governo Provisório; este escolheu civis e militares de destaque no movimento republicano para compor seu ministério. Entre os civis estavam os poderosos representantes da aristocracia cafeeira de São Paulo (ALVES, 2009).

Segundo Meirelles (2013), com a Proclamação da República, o Brasil adotou o federalismo e o poder foi dividido entre o presidente e os governos estaduais. O período foi marcado pelo desenvolvimento da indústria, pela reestruturação da força de trabalho, pelas greves operárias e pela Semana de Arte Moderna. No mundo, aconteceu a Revolução Russa, a Primeira Guerra Mundial e a queda da bolsa de Nova York, transformações de grande influência na Educação. A ideia do ensino como direito público se fortaleceu e surgiram modelos que se perpetuaram. No Brasil, com a Constituição de 1891, a União ficou responsável apenas pela Educação no Distrito Federal (então, o Rio de Janeiro). As ideias positivistas ganharam força com a reforma de 1890, organizada por Benjamin Constant (1833-1891), que foi nomeado chefe do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos — primeiro órgão desse nível a se ocupar da Educação. Foram propostas mudanças nos ensinos primário (de 7 a 13 anos) e secundário (de 13 a 15 anos) do Distrito Federal, priorizando disciplinas científicas como Matemática e Física, em detrimento das humanas, que eram o foco das escolas de primeiras letras, criadas no Império. Contudo, a resistência da elite e da Igreja católica impediu que o projeto de Constant avançasse, mas abriu espaço para outras propostas. A que alcançou maior êxito

foi a reforma paulista, implementada de 1892 a 1896 que tinha como base a criação dos grupos escolares. O ensino passou a ser organizado em séries e os estudantes foram divididos por faixa etária.

Para Peeters e Cooman (1969), os primeiros anos do novo regime não apresentaram condições favoráveis às reformas que todos consideravam urgentes no plano educacional. Em 1894, foi criado o Ministério da Instrução Pública. Naquela época havia, excetuando-se as crianças abaixo da idade escolar, 67% de brasileiros totalmente analfabetos. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 baniu inteiramente o ensino religioso das escolas, bem como a assistência religiosa nos quarteis, nos hospitais e nas prisões.

A política nacional tomou um novo rumo em 1934, com a promulgação da segunda Constituição Republicana por Getúlio Vargas que, ao contrário da primeira, não podia ser omissa nas questões da educação, pois houve um intenso debate entre dois grupos que representavam o pensamento educacional, liberalismo e o tradicionalismo católico. Em relação à educação, contemplou-a como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Surgiu a novidade do subsídio do governo para o ensino privado, ou seja, a isenção de qualquer tributo para as instituições de ensino particular, desde que fossem reconhecidas como idôneas, aparecendo pela primeira vez a determinação de que em todos os estabelecimentos, oficial e privado, o ensino fosse ministrado em português, idioma oficial do país (ALVES, 2009).

Durante o regime militar, segundo Ferreira (2013), as propostas de uma Educação mais democrática foram abandonadas, pois o novo governo manteve sua preocupação com a industrialização crescente e o foco em formar um povo capaz de executar tarefas, mas não necessariamente de pensar sobre elas. Em relação à Educação de adultos, as ideias de Freire deram lugar a um modelo assistencialista por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). A leitura passou a ser tratada como uma habilidade instrumental, sem contextualização. Os alunos aprendiam palavras acompanhadas de imagens,

faziam a divisão silábica e, por último, trabalhavam com frases e textos. Também eram estudados os cálculos matemáticos, a escrita e hábitos para a melhoria da qualidade de vida.

Para estudiosos e críticos da educação, de acordo com Alves (2009), o Estado Novo foi um tempo de estagnação para a educação no Brasil. Os ganhos e avanços conquistados no movimento renovador, que influenciou consideravelmente a Constituição de 1934, foram derrubados nesta pela imposição de Vargas, sendo retirada toda a responsabilidade do governo com relação à educação.

Com o fim do Estado Novo, o país ganhou outra Constituição cujo texto atribuiu à União a função de legislar sobre as bases da Educação, o que antes ocorria de maneira fragmentada. Em 1948, o ministro Clemente Mariani (1900-1981) apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o que gerou novos conflitos entre os escolanovistas e a Igreja Católica. Nos anos 1950 e 1960, a política se caracterizou pelo populismo de Getúlio Vargas (1951 a 1954) e Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), surgindo movimentos de Educação popular, com iniciativas que até hoje estão vivas, como as propostas de Paulo Freire (CAMILO, 2013).

Segundo Alves (2009), com o fim do regime militar, novas propostas de reestruturação da sociedade como um todo, são sonhadas e almeçadas e pouco a pouco surgem projetos, sobretudo, nos setores populares para fazer-se a redemocratização. A nova Constituição abre perspectivas para a elaboração de uma nova LDB, concretizada em 1996, oito anos após a promulgação da Constituição.

Conforme Ferreira (2013), em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e válido por dez anos, que estipulava metas para aumentar o nível de escolaridade dos brasileiros e garantir o acesso à Educação. O Plano não teve êxito na maioria das metas e um dos motivos apontados por especialistas foi o veto do governo ao investimento de 7% do

Produto Interno Bruto (PIB) na área. Apesar disso, houve ganhos como a conquista da determinação de que o Ensino Fundamental fosse ampliado para nove anos, o que vem se concretizando desde então.

Dois anos depois, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência e levou Cristovam Buarque para o Ministério da Educação (MEC). No lugar da Alfabetização Solidária, criada por FHC em 1997, foi lançado o Brasil Alfabetizado para o combate ao analfabetismo. O esforço contínuo levou à diminuição da taxa de analfabetismo de quem tinha 15 anos ou mais; mas, em 2012, a queda progressiva foi interrompida e as razões ainda estão sendo analisadas por especialistas. Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 determinou a ampliação da obrigatoriedade escolar para 4 a 17 anos até 2016. O assunto foi reforçado pela Lei nº 12.796 em 2013. Em 2010, o ministro Fernando Haddad encaminhou uma nova versão do PNE para o Congresso. Dilma Rousseff se tornou presidente em 2011 e o documento segue em discussão até hoje (FERREIRA, 2013).

A conjuntura educacional do Brasil esteve em meio a avanços e retrocessos, conquistas com Leis, porém sem aplicabilidades no cotidiano. Mas os movimentos alternativos em favor de uma educação de qualidade, mesmo a passos lentos, têm ido na contramão da hegemonia e mostrado possibilidades educacionais advindas do saber do povo. Exemplo disto é a proposta de educação popular, que surgiu em meio a movimentos sociais que buscavam uma sociedade mais justa, digna e igualitária. Como destaca Pereira (2010, p. 72), “a Educação popular tem como princípio a participação popular, a solidariedade rumo à construção de um projeto político de sociedade mais justo, mais humano e mais fraterno”. Assim sendo, a Educação popular vem colaborar com uma prática educativa emancipadora e igualitária, em que socialmente os cidadãos tenham a iniciativa de mutuamente colaborarem para uma sociedade em que todos vivam dignamente.

3.1.1 Educação Popular

De acordo com os pressupostos de Paulo Freire, a Educação Popular empenha-se na participação e na formação de sujeitos para a efetivação de todos os seus direitos, baseando-se no saber da comunidade e estimulando o diálogo. Essa educação tem como característica principal a utilização do saber da comunidade como matéria-prima para o ensino, doutrinando a partir de palavras e temas inseridos no cotidiano dos sujeitos envolvidos. Como destaca Brandão (2007):

“A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber o e controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos” (BRANDÃO, 2007, p. 10).

Como já apontava Brandão (1984), a educação, na visão social, é a condição da recriação da própria cultura sendo, por isso, a razão da dominação da cultura e, na visão individual, a condição de criação do indivíduo, a relação de saber das trocas entre pessoas. Aprender é formar-se pessoa a partir do organismo, realizando a passagem da natureza à cultura. Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, por meio das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular.

“A educação através da qual ele, o sujeito, não se vê apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas é uma educação que coloca o ‘sujeito coletivo’ como agente de transformação da história e da cultura do país” (BRANDÃO, 1984, p. 103).

A Educação Popular pode ser considerada como um método de educação, porém é preciso que se valorizem os saberes prévios do povo e suas realidades culturais para construir novos conhecimentos (BRANDÃO, 1984).

De acordo com Freire (2002), não há conscientização se, de sua prática, não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta.

Um dos princípios provenientes da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, fundamentada no respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, discutindo a teoria presente na prática popular, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (GADOTTI, 2012).

A prática de Educação popular vem oferecer aos sujeitos que vivenciam esta práxis a oportunidade de conhecer, construir e (re) construir os conhecimentos partindo do povo para o povo. Nesse sentido, Wanderley (2010) aponta para as práticas educacionais voltadas para setores da sociedade que estavam silenciadas: numa diversificação das práticas exercidas no passado, progressivamente foram irrompendo atividades educativas voltadas para setores específicos – jovens, moradores das periferias, prisioneiros, agentes de pastoral, monitores, estudantes, idosos, além dos tradicionais trabalhadores urbanos e rurais. E os temas abarcaram questões diversas, tais como gênero, etnia, meio ambiente e ecologia, paz, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, em um contexto amplo, buscando formas concretas de vincular educar e agir.

A práxis educativa popular vem colaborar com os setores da sociedade que vivenciavam uma condição de opressão e, por meio da ação dialógica presente nesta prática, possibilita-se que se construa uma reflexão para se buscar uma ação de libertação de modelos e práticas arraigadas que só cooperam para o apagamento dos sujeitos. Neste sentido, o fazer pedagógico desta reação popular

promove uma educação rompe com paradigmas e promove (des) construção e (re) construção de sujeitos emancipados, conscientes e reflexivos no que se refere a sua função na sociedade. Se é pretendida a libertação dos homens não pode-se começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2009).

Sendo assim, professor e aluno poderão desenvolver e construir práticas pedagógicas em que alguns conteúdos são adequados e apropriados ao contexto local do aluno, de acordo com a realidade. Nesta perspectiva, vem colaborar com a valorização do conhecimento prévio do educando, conectado ao saber formal, e assim reconstruir práticas, no sentido de transformar a realidade.

Dentro desse contexto, a proposta da Economia Solidária surgiu no Brasil na década de 80, como resposta à pobreza e ao desemprego, causados pelo desenfreado capitalismo industrial. A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do autorrespeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo (SINGER, 2002).

É nesse sentido que a Educação Popular tem fundamental importância dentro do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, visto que ambos levam em consideração o saber popular, tratando o educando como um agente transformador e multiplicador de saberes.

3.1.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A EJA somente passa a receber atenção por parte do poder público na década de 1940, quando acontecem inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas de peso tais como: a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do INEP, incentivando e realizando estudos na área; o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino Supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), através da qual houve uma preocupação com a elaboração de material didático para adultos e a realização de dois eventos fundamentais para a área: o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1947, e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949 (MOURA, 2012).

Por meio do documento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, criado para se fazer cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, contemplando a “Educação de Jovens e Adultos” é que podemos perceber uma mudança significativa, considerando a educação como direito social à cidadania. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9394), seção V, artigo 37: A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Para Freire (1987), a alfabetização tem um papel formador de atitudes de criar e recriar. A aprendizagem deve ser realizada a partir de situações concretas e do diálogo, os conteúdos introduzidos a partir do cotidiano dos educandos e traduzidos em “palavras geradoras” para a alfabetização e “temas geradores” para a pós-alfabetização.

Geralmente os alunos que frequentam a EJA são pessoas que possuem um grau de escolarização baixo e baixa renda. Acrescentar à EJA conhecimentos da Economia Solidária pode favorecer no desenvolvimento econômico bem como no seu desenvolvimento intelectual para conseguir melhores condições de vida.

Segundo Singer (2009), a Economia solidária se constitui em um processo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no campo dos empreendimentos, fazendo com que os seus praticantes possam melhorar a qualidade de seus produtos, a condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à disposição. E quanto ao aprendizado, este se alarga naturalmente com a prática do comércio justo e com os relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores bem como nas práticas de participação política e cultural da região em que atuam e até mesmo do país e do mundo.

3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária (ES) é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. (SINGER, 2005). A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2002).

Segundo Singer (2002) e Schäfers (2007), diante do quadro capitalista, com a concentração dos meios de produção voltados para o mercado competitivo e as relações contraditórias que visam o lucro para uma minoria, a Economia Solidária nasce como uma forma de produção voltada para a propriedade coletiva em que cooperativas e associações formam uma rede solidária em que os trabalhadores, unidos, têm os mesmos direitos de decisão com relação ao empreendimento solidário e buscam sustentabilidade e melhor qualidade de vida coletivos.

Os princípios cooperativistas surgiram na Inglaterra, pelas mãos de 27 artesãos e uma artesã, popularmente difundida como os Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, a cooperativa de consumo surgiu como reação dos trabalhadores a problemas ocasionados devido ao modo de produção capitalista tais como ausência de emprego, precarização das condições de trabalho, forma de produção que favorece o enriquecimento da elite, em contraponto a exploração do trabalho direcionada aos trabalhadores (SINGER, 2002).

Neste sentido, a organização popular por meio de cooperativas, veio contrapor ao modelo capitalista, oportunizando uma nova forma de geração de trabalho e inclusão social, baseado na autogestão, cooperação, respeito a natureza, solidariedade entre outros princípios.

Sendo assim, a Economia Solidária é uma forma de cooperação mútua em que a coletividade prevalece, ou seja, não há exploração, todos trabalham por um mesmo objetivo: o bem de todos. Na Economia Solidária não há apenas uma prática econômica, mas sim, uma variedade dela, visto que são organizados grupos, associações e cooperativas que desenvolvem atividades econômicas de produção visando atender aos anseios e às necessidades através da adesão de valores, bem como da responsabilidade e da partilha da produção entre os associados. Neste sentido, seus resultados são divididos pelos participantes, sem distinção de gênero, idade ou raça, sem exploração do trabalho (SINGER, 2002).

Portanto, este novo modelo de economia, busca que os sujeitos silenciados pelo modelo capitalista tenham a oportunidade de viver dignamente, de forma autônoma e igualitária, pois a ES possui finalidades que vão além de questões econômicas, mas abrange para dimensão social, política, ecológica e cultural. Como afirma Santos (2002, p.28): “As relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar de uma maior

solidariedade”. Assim sendo, a ES, centra-se no bem comum a todos, mediante a cooperação e solidariedade entre ambos.

No que diz respeito à educação, a Economia Solidária propõe um desenvolvimento voltado para o empreendimento cooperativo, pessoal, comunitário e social. Uma educação pautada na pesquisa e no diálogo que envolve jovens, adultos e crianças, implantando nos programas de ensino-aprendizagem a “alfabetização” em Filosofia da Libertação e em Economia Solidária, visando o despertar dos educandos para o próprio ser e suas potencialidades.

A socialização dos saberes é compartilhada na alternativa da ES, tendo em vista que o diálogo é base para troca de conhecimentos, sendo assim seria pertinente a utilização das propostas pedagógicas presentes na ES, para que os sujeitos pudessem está vivenciando nos espaços associativos de educação não formal, como também nas instituições de educação formal práticas de cooperação e solidariedade que pudessem promover uma (re) construção educacional pautada na solidariedade, cooperação, emancipação e valorização social do trabalho humano. Tendo em vista que coloca os sujeitos como protagonista de sua história de vida.

Neste sentido, a educação para a cooperação e para a autogestão se faz necessária uma vez que, na Economia Solidária, não são permitidos pensamentos ou atitudes capitalistas dentro das associações e cooperativas, privilegiando assim a cooperação e não competição, a parceria e não a concorrência.

A educação é proposta através da cidadania e do cooperativismo, da conscientização do cidadão e do desenvolvimento de suas potencialidades em prol de um bem comum, e não como no sistema capitalista, que instrui os operários para gerarem mais lucros para um determinado setor sem a preocupação de gerar melhores condições de vida a partir da sustentabilidade da comunidade em geral (GADOTTI, 2009).

A Economia Solidária foi criada por operários, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão das “máquinas ferramentas” e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores que queriam recuperar o trabalho e a autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas, tendo a primeira grande vaga do cooperativismo de produção na contemporaneidade, na Grã-Bretanha, com o desenvolvimento dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. Sendo assim, a Economia Solidária é uma forma de cooperação mútua, em que a coletividade prevalece; ou seja, não há exploração, todos trabalham por um mesmo objetivo: o bem de todos. Não há apenas uma prática econômica, já que são organizados grupos, associações e cooperativas que desenvolvem diversas atividades econômicas de produção, visando atender aos anseios e às necessidades por meio da adesão de valores, bem como da responsabilidade e da partilha da produção e do lucro por igual entre os associados (SINGER, 2002).

No Brasil, a ES ressurge no final do século XX, devido também ao desemprego na zona urbana, a exclusão oriunda do sistema capitalista, que instaura no mercado de trabalho, a competitividade que exclui os sujeitos que não “produzem” para sistema de forma lucrativa. A economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais (FRANÇA FILHO, 2006).

Tendo em vista a exclusão de muitos trabalhadores das atividades laborais, a ES vem oportunizar a estas pessoas uma atividade que possibilite a estes sujeitos recuperar a dignidade de manter a subsistência familiar. Entende-se por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004).

Portanto, a ES vem promover novas relações de trabalho e produção, que respeita a natureza, elimina a alienação no mercado de trabalho, e preserva o ponto de vista dos sujeitos envolvidos, nessa nova dinâmica de reação ao modelo capitalista.

A Economia solidária no Brasil adveio como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias pediram concordata e entraram em processo de falência, fechando empresas e demitindo muitos trabalhadores, prosseguindo até os anos 1990. Foi nesse período que se desenvolveu uma tecnologia para aproveitar as oportunidades, oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho. Nesse caso, o propósito seria levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, todos empenhados em transformar um patrimônio falido em um novo empreendimento. A expansão de cooperativas pode ser atribuída a dois fatores: o crescimento do desemprego e a reativação de movimentos sociais que queriam modificar a distribuição de poder dentro de um sistema político marcado por grandes desigualdades (SINGER, 2002).

A Economia Solidária é, também, um instrumento de mobilização em favor da discussão, da organização e controle de políticas públicas para juventude, e um incentivo ao fortalecimento das manifestações artístico-culturais das quais fazem parte os sujeitos, na medida em que for reconhecido o seu poder de atuação e de transformação (BRASIL, 2017).

É nesse sentido que o Programa Projovem Campo-Saberes da Terra trata a Economia Solidária, no intuito de contribuir para a transformação das relações autoritárias e individualistas impostas à agricultura familiar, resgatando, fundamentando e fortalecendo a cultura camponesa da solidariedade.

3.3 PROGRAMA PROJovem CAMPO-SABERES DA TERRA

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que vem se configurando no Brasil desde os anos 90 a partir das lutas dos movimentos sociais que reivindicavam a Reforma Agrária e foi em detrimento dessas lutas que a Educação do Campo se institucionalizou e se normatizou legalmente (SILVEIRA, 2017).

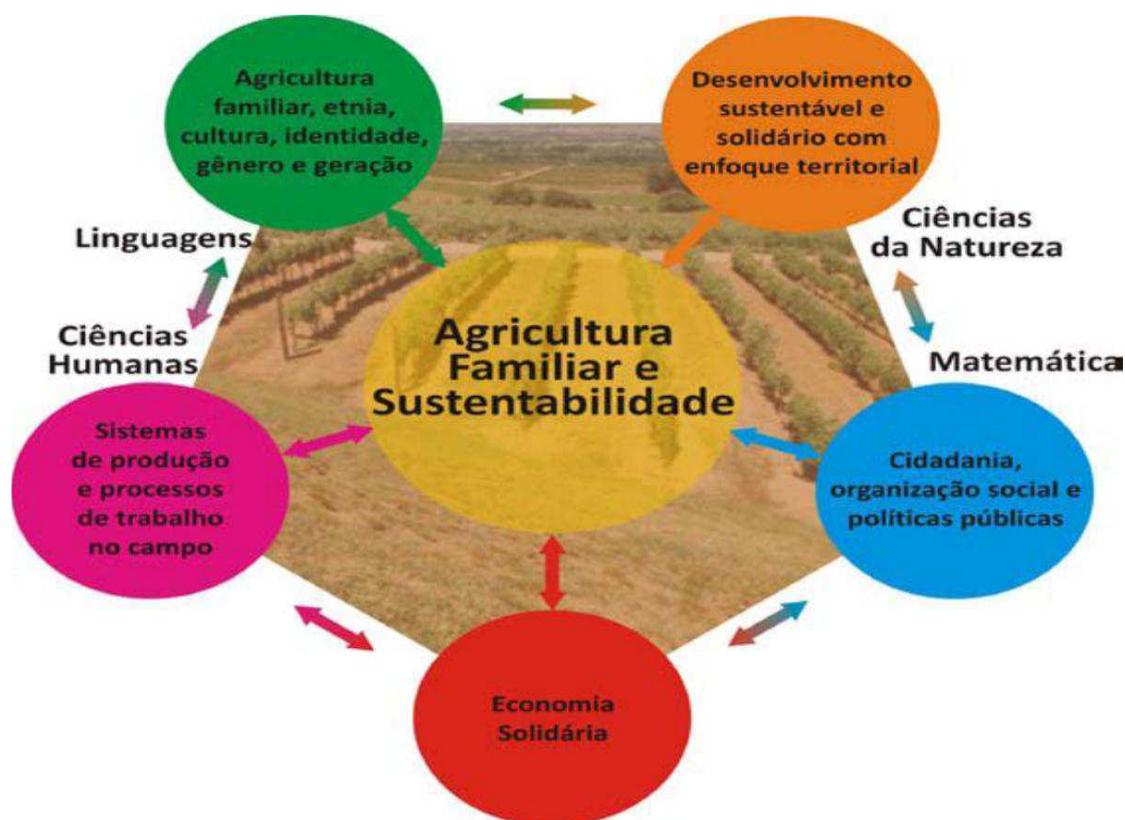
O ProJovem Campo-Saberes da Terra, criado em 2005, institui-se no Programa Nacional de Educação de Jovens integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares, implementado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). O programa oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, proporcionando uma formação integral ao jovem do campo, visando expandir o acesso e a qualidade da educação, levando em consideração as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância, interpondo tempo-escola e tempo-comunidade, com o objetivo de desenvolver políticas públicas e educacionais que estimulem o desenvolvimento sustentável dos jovens camponeses (MEC, 2008).

Para Kolling, Molina e Néry (1999), a educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz.

O formato do programa Projovem Campo-Saberes da Terra é de responsabilidade do Governo Federal em parceria com o Estado ou município,

de acordo com as características da atividade agrícola local. Sua organização curricular funciona a partir de cinco módulos, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura curricular do programa Projovem Campo-Saberes da Terra.



Fonte: MEC, 2008.

No primeiro módulo (Eixo temático: agricultura familiar: identidade, cultura, gênero e etnia) é realizado diagnóstico do perfil dos alunos e a adequação dos conteúdos que têm como eixo temático: identidade, gênero, etnia e cultura. O segundo módulo (Eixo temático: sistemas de produção e processos de trabalho no campo) visa problematizar o eixo articulador — Agricultura Familiar e Sustentabilidade — e suas relações com o sistema de produção, bem como o papel da família e da comunidade na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas. O terceiro módulo (Eixo temático: cidadania, organização social e políticas públicas) tem como propósito refletir a respeito da importância da educação na formação de cidadãos multiculturais e sua inserção nas políticas

públicas sociais. Já o quarto módulo (Eixo temático: economia solidária), trabalha com os elementos relativos às raízes históricas e os diferentes conceitos de Economia Solidária. O quinto módulo (Eixo temático: desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial) tem como propósito o estudo, a pesquisa e a reflexão do conceito básico de desenvolvimento e sustentabilidade (MEC, 2008).

Um dos problemas do campo do Brasil, atualmente, é a falta de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria das pessoas que vivem no campo. Fazem-se necessárias políticas públicas que rompam com o processo de discriminação, fortaleça a identidade cultural, negada às pessoas do campo, e que garanta um atendimento diferenciado ao que é diferente, porém sem ser visto como desigual (KOLLING; MOLINA; NÉRY, 1999).

O Projovem Campo-Saberes da Terra se norteia pelos seguintes pressupostos:

- A Educação de Jovens e Adultos é um direito dos povos do campo, um instrumento de promoção da cidadania e deve ser uma política pública dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino.
- O trabalho e a qualificação profissional é um direito dos povos do campo.
- A Educação de Jovens e Adultos é uma estratégia viável de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial.
- A Educação é a afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, da diversidade de orientação sexual e socioambiental.
- Existem sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios (MEC, 2008).

No Projovem Campo os conteúdos trabalhados se organizam por área de conhecimento dentro de um eixo norteador e estruturante, compreendidos como um processo que articula os saberes científicos aos saberes populares, portanto,

um diálogo de diferentes ciências entre si e destas com os saberes dos sujeitos, num movimento de mão dupla em que se trabalha com a ciência e com a realidade, objetivando-se como síntese a produção de novos saberes que permitam o retorno à ciência e à realidade na perspectiva da transformação (MEC, 2008).

Neste sentido, a área de linguagens e códigos trabalha com os aspectos que envolvem as línguas, arte e cultura corporal e, assim, são construídos novos saberes que vêm possibilitar aos sujeitos aprendizes uma construção linguística que valoriza e respeita as especificidades linguísticas, locais, culturais e identitárias dos sujeitos.

3.3.1 Linguagens e Códigos no Programa Projovem Campo-Saberes da Terra

A área do conhecimento de Linguagens e Códigos, assim como as demais áreas envolvidas no ProJovem Campo-Saberes da Terra, deve estabelecer um diálogo com as outras áreas e ao mesmo tempo contribuir para ampliar a compreensão das práticas sociais como produtoras de significados, trabalhando com problemáticas que possibilitem a percepção das relações entre as áreas do conhecimento e os Eixos Temáticos (MEC, 2008).

Segundo Silva (2014), o conceito de linguagem é a espinha dorsal da área, sustenta direta ou indiretamente todos os demais, articulando-os, pois dela deriva a constituição e a natureza da própria área (língua portuguesa; língua estrangeira; linguagens da arte; linguagem corporal).

3.3.2 Educação Popular e Economia Solidária na área de Linguagens e Códigos

No que se refere à Educação Popular e à Economia Solidária, a área de Linguagens e Códigos tenta, de acordo com o que é proposto pelo Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, fazer um estudo sobre o campo como local de formação humana, de relações sociais e econômicas, refletindo a respeito do contexto histórico e das formas de Economia Solidária no Brasil, analisando conceitos de solidariedade, as relações sociais e econômicas presentes na sociedade em geral e o capital como possibilidade de desenvolvimento humano e solidário (MEC, 2008).

As práticas de Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A Economia Solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e de princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável (GADOTTI, 2009).

Os professores tomam por base o caderno pedagógico do módulo IV (Economia Solidária), que tem por objetivo subsidiar as ações pedagógicas dos professores e alunos a partir de elementos que tratam das raízes históricas e diferentes conceitos de Economia Solidária na perspectiva da Educação Popular, envolvendo as etapas do processo de produção, circulação e consumo nas suas relações humanas, econômicas, políticas e culturais intrínsecas, que serão refletidos e relacionados a partir da compreensão-ação do coletivo. Segundo Freire (1996), os indivíduos assumem-se como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos, capazes de ter raiva porque são capazes de amar.

4 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa adotado foi a pesquisa qualitativa-interpretativa que, segundo Oliveira (2007), consiste em uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas por meio de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento. Por sua vez, o desenvolvido foi o hipotético-dedutivo, pois partiu-se da observação de um problema real e empírico, levantando-se hipóteses acerca da introdução de conteúdos referentes à Educação Popular e à Economia nos planos de aulas feitos por duas docentes da disciplina Linguagens e Códigos do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, para chegar-se a uma conclusão plausível.

A pesquisa envolveu duas docentes do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, do município de Sumé- PB, tendo como objeto de análise seus planos de aulas (Módulos I e II), buscando-se verificar como os conteúdos acima referidos são introduzidos por elas nos seus planos, bem como o impacto que causam na formação da consciência crítica dos discentes voltada para o trabalho no contexto da Economia Solidária.

Observaram-se, também, os critérios estabelecidos pelo docente durante a preparação dos planos de aula, quais os aspectos enfatizados neste processo de ensino-aprendizagem e qual a relação estabelecida com as concepções teóricas relativas à Educação Popular e à Economia Solidária.

A pesquisa foi desenvolvida inicialmente com uma conversa informal com as coordenadoras do Projovem Campo-Saberes da Terra para obter informações a respeito de como eram distribuídas as aulas da área de Linguagens e Códigos, bem como de que forma aconteciam os planejamentos. Em seguida, foi aplicado o questionário com as professoras da área de Linguagens e Códigos, observando-se de que forma era feito o planejamento das suas aulas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estratégias utilizadas nos planos de aula levam em conta as orientações programáticas contidas no Eixo Temático: Economia Solidária, que concerne à abordagem dos conteúdos numa perspectiva voltada ao campo como local de formação humana, bem como na perspectiva da metodológica da Educação Popular pois, segundo uma educadora:

“Levamos em consideração a cada módulo o saber que o educando traz em suas vivências, contribuindo através de conteúdos que trabalhe o contexto local e a formação profissional desses jovens do campo que, durante muito tempo, foram excluídos do sistema formal de ensino. Por isso a importância do tempo escola e o tempo comunidade, pois faz com que o educando valorize ainda mais suas práticas”.

Os relatos descritos dos sujeitos envolvidos na pesquisa tiveram como tema central o conhecimento a respeito de Economia Solidária e foram feitas perguntas sobre o que elas entendem por Economia Solidária, se já trabalharam em sala de aula essa temática e como foi a experiência, a importância da economia solidária para a sociedade atual, se as associações e cooperativas são genuinamente solidárias, se a economia solidária é vista apenas como um recurso destinado apenas às pessoas que foram excluídas do mundo do trabalho, se o sistema capitalista é pautada na igualdade e solidariedade, assim como a economia solidária.

Com relação ao perfil socioeconômico, em síntese, as educadoras são do gênero feminino, com idade entre 30 e 35 anos, graduadas, solteiras e já participaram de cursos de capacitação.

As respostas aos questionamentos referentes à Economia Solidária são discutidas a seguir.

Questão 6.1: O que você entende por Economia Solidária?

“É uma alternativa ao modelo capitalista que visa a valorização dos sujeitos, sua dignidade, respeito à natureza, além de uma possibilidade do desenvolvimento da autonomia e criticidade dos sujeitos envolvidos”

Questão 6.2: Já trabalhou em sala de aula essa temática? Como foi a experiência?

“Sim. A princípio houve dificuldades, pois os educandos não conheciam a temática mas, no decorrer do trabalho, foram realizadas atividades que possibilitaram um maior conhecimento e vivência com o tema”

Questão 6.3: No contexto geral, qual a importância da Economia Solidária para a sociedade atual?

“A nossa sociedade é capitalista, muitas pessoas estão excluídas das atividades que ela traz, sendo necessário um meio de sobrevivência e subsistência familiar. Além de trabalhar na perspectiva autogestionária, que valoriza os sujeitos, os seus conhecimentos, a sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e a emancipação, que os permite, está atuando na sociedade de forma autônoma e crítica”

Questão 6.4: Sabe-se que as associações e cooperativas são a marca registrada da Economia Solidária. Você acredita que todas elas são genuinamente solidárias? Justifique?

“Não. É possível perceber que muitas associações ainda não trabalham de forma solidária, mas de acordo com interesses próprios, fins partidários políticos, e seguem ainda a conduta capitalista financeira”

Questão 6.5: A Economia Solidária muitas vezes é vista como um recurso destinado apenas às pessoas que foram excluídas do mundo do trabalho. Você concorda com essa afirmação? Por quê?

“Certamente a economia solidária atende este perfil de sujeitos, mas também existem pessoas que decidem trabalhar de acordo com a economia solidária. Portanto, a ES vem para atender a todos que desejam um modelo socioeconômico alternativo ao capitalismo”

Questão 6.6: *Pautada na igualdade e solidariedade, a Economia Solidária preza pela coletividade, pelo bem comum. Você vê dessa mesma forma o sistema capitalista? Explique.*

“Não. O sistema capitalista exclui, pratica o individualismo, segrega os sujeitos e invisibiliza os sujeitos, além de não promover solidariedade, nem igualdade de direitos e opiniões”

Questão 6.7: *Percebe-se, em muitos casos, que os indivíduos praticam a Economia Solidária e desconhecem. Você considera relevante discutir essa problemática no âmbito escolar? Por quê?*

“Sim. É pertinente discutir a ES no âmbito escolar, tendo em vista que no ambiente escolar, podemos estar construindo conhecimentos e formando multiplicadores de saberes para intervir no contexto familiar e social”

Questão 6.8: *Você enxerga na Economia Solidária uma alternativa para substituir o sistema capitalista? Se sim, quais seriam os desafios para alcançar esse feito?*

“Sim. Seria uma alternativa a longo prazo, pois é possível perceber que muitas pessoas estão à margem, pois o mercado de trabalho não absorve a todos. Além do mais, a influência midiática que a todo o momento leva o telespectador a consumir desnecessariamente produtos, favorecem e enriquecem o sistema capitalismo. E seria necessário um processo de conscientização e reflexão das camadas populares para a necessidade de que todos tenham direito a uma vida digna, tendo em vista que o trabalho com a ES realizado na base pode constituir-se como uma mola propulsora para mudanças no sistema capitalista”

Considerando os relatos descritos pelos sujeitos pesquisados, evidencia-se que as docentes possuem clareza e compreensão das questões. É perceptível que a proposta de trabalho é desenvolvida em uma perspectiva contra hegemônica ao modelo da educação posta, em que visibiliza os sujeitos que ao longo da trajetória da educação foram invisibilizados pelo fato de não terem uma proposta

específica e alternativas que pudessem contemplar a autonomia do trabalho solidário e coletivo. Como diz *Ataíde et al.* (2011):

“Já rompemos uma perspectiva universalista e pretensamente neutra, portanto, queremos construir uma prática educativa que contribua para o processo de descolonização dos currículos, e consequente, do nosso pensar, sentir, agir. Já não lhe damos com a ideia que as diferenças entre os sujeitos são de natureza meramente geográfica, pois compreendemos que cada povo, em cada lugar, produz economicamente sua vida e reproduz socialmente a mesma com diferentes sentidos e significados” (ATAÍDE *et al.*, 2011, p. 08).

De acordo com as práticas desenvolvidas e voltadas para economia popular e solidária, propõe-se a formação dos sujeitos coletivos capazes de se constituírem sujeitos protagonistas de mudanças socioeconômicas.

Na área de Linguagens e Códigos, os educandos têm a oportunidade de conhecer e aprender sobre a Economia Solidária, a partir do eixo temático com textos contidos no Caderno da Economia Solidária, oferecido pelo Programa, e também a partir da troca de saberes oportunizada pelas discussões dos textos com os professores e colegas.

Em relação aos planos de aulas analisados, constatou-se que estão voltados para o educando, ou seja, sempre tomam por base o conhecimento que os educandos trazem, introduzem textos sobre agricultura familiar, Economia Solidária, bem como o cooperativismo, com uma linguagem acessível para que haja uma socialização diante do exposto e das experiências de cada um.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, constatou-se que o Programa Projovem Campo-Saberes da Terra é de grande relevância para os jovens e adultos que dele participam, uma vez que o Programa, sobretudo a área de Linguagens e Códigos, propicia um momento de aprendizagem que oferece uma nova forma de olhar o trabalho por meio da Economia Solidária.

Quanto ao planejamento das atividades desenvolvidas pelas docentes, ficou claro que ambas demonstram uma preocupação em trabalhar a Economia Solidária, de forma que possam desenvolver nos educandos um comportamento de cooperativismo, tentando aproximar os conteúdos das disciplinas às necessidades dos alunos. Também ficou claro que as professoras possuem conhecimento acerca da Economia Solidária, fator importante para que suas aulas atendam às necessidades dos educandos, envolvendo suas famílias e atraindo mais pessoas para a disseminação da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. L. U. **A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996**, Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO, Lins, SP para Pós- Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino Superior, 2009.

ATAÍDE, J. I. L. de; SILVA, M. do S.; AIRES, J. L. de Q.; MENEZES, M. B.; SYLVESTRE, F. A. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo**, UAEDUC, CDSA, UFCG, 2011.

BRASIL, **Caderno 4: educando economia solidária**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

CAMILO, C. **Era Vargas: profusão de ideias**. 2013. Disponível em: www.novaescola.org.br. Acesso em: 25 de julho de 2017.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**, Coleção primeiros passos, São Paulo, Brasiliense, 2007.

_____. **Educação Popular**. 3ª ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, J. C. **As alterações na estrutura industrial de Santo André**. Santo André: Universidade Federal do ABC (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais da UFABC), 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 48ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**, p. 10-32. In: Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico, v.18, n.1, dez, Brasília, 2012.

_____. **Educar para a cooperação**, Economia Solidária como Práxis Pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

- HURTADO, C. N. **Educar para transformar, transformar para educar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- KOLLING, E. J.; NÉRY, I.; MOLINA, M. B. **Por uma educação básica do campo**, Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- MEC. **Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo: Saberes da Terra**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Projeto Político Pedagógico. MEC/SECAD, 2008.
- MEIRELLES, E. **Educação no campo sem perspectivas**, Nova Escola, São Paulo: Editora Abril, 2013.
- MOURA, M. A. **Educação científica e cidadania: abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis**, Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.
- PEETERS, M. F.; COOMAN, M. M. A. **Pequena história da educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- RIBEIRO, M. **Educação do campo: a emergência de contradições**. In: GRACINDO, R.V. (Org.). **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais**. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**, 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente, para um novo senso comum**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHÄFERS, A. **Reforma agrária e economia solidária: o caso da usina Catende**, Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 15 no. 1, p. 62-88, abril 2007.
- SILVEIRA, D. P. da, **A educação do campo como disciplina no curso de pedagogia e sua importância**, Disponível em: www.recantodasletras.com.br, Acesso em: 27 de agosto de 2017.
- SINGER, P. **Relaciones entre sociedad y Estado en la economía solidaria**, Íconos: Revista de Ciencias Sociales, págs. 51-65, nº. 33, 2009.
- _____. **A economia solidária como ato pedagógico**, In: KRUPPA, S. M., **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.
- _____. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Texto para discussão, Brasília: MTE/SENAES, maio de 2004.
- _____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- WANDERLEY, L. E. W. **Educação popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado às docentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
 SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCC
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
 ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.

QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Sexo: () masculino () feminino.

Data de Nascimento: _____/_____/_____

Naturalidade: _____

Cor ou etnia:

() branca () preta () parda () amarela () indígena

Estado Civil

() solteiro(a) () casado(a) () vive maritalmente () divorciado(a) () viúvo(a)

() separado () outro _____

Que documentos você possui?

() Certidão de Nascimento () Certidão de Casamento () RG () CPF

() Carteira de Trabalho () PIS/PASEP () Reservista () Título de Eleitor

2 ESCOLARIDADE/PROFISSIONALIZAÇÃO

Grau de titulação:

() Graduação () Mestrado () Doutorado

Já participou de algum curso de capacitação?

() não () sim. Qual? _____

Gostaria de participar de um/outro curso de capacitação?

() sim () não

Em caso afirmativo, qual(is)? _____

Por quê? _____

3 TRABALHO E RENDA

Há quanto tempo leciona? _____

E qual(is) o(s) tipo(s) de ocupação ou função(ões) que desenvolveu na área de educação? _____

Quais as facilidades encontradas no trabalho?

Quais as dificuldades encontradas no trabalho?

4 FAMÍLIA

Quantas pessoas residem com você? _____

Alguém de sua família recebe:

- () pensão/ aposentadoria/ auxílio doença () BPC () bolsa família
 () cesta básica () medicação () vale transporte () não recebe
 () outros _____

Em caso afirmativo, quem faz a(s) doação(ões)?

- () Governo Municipal () Governo Estadual () Governo Federal
 () outros _____

Qual a renda mensal da família? _____

5 HABITAÇÃO

Tipo de moradia:

- () casa () cômodo () albergue () barraco ()
 rua () outro _____

Sua casa é:

- () própria () alugada () invasão () cedida () outro _____

6 CONHECIMENTO A RESPEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

6.1 O que você entende por Economia Solidária?

6.2 Já trabalhou em sala de aula essa temática? Como foi a experiência?

6.3 No contexto geral, qual a importância da economia solidária para a sociedade atual? 6.4

6.4 Sabe-se que as associações e cooperativas são a marca registrada da economia solidária. Você acredita que todas elas são genuinamente solidárias? Justifique?

6.5 A economia solidária muitas vezes é vista como um recurso destinado apenas às pessoas que foram excluídas do mundo do trabalho. Você concorda com essa afirmação? Por quê?

6.6 Pautada na igualdade e solidariedade, a economia solidária preza pela coletividade, pelo bem comum. Você vê dessa mesma forma o sistema capitalista? Explique.

6.7 Percebe-se, em muitos casos, que os indivíduos praticam a economia solidária e desconhecem. Você considera relevante discutir essa problemática no âmbito escolar? Por quê?

6.8 Você enxerga na economia solidária uma alternativa para substituir o sistema capitalista? Se sim, quais seriam os desafios para alcançar esse feito?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, Tanielba Lêla Araújo, como aluna do Curso de Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Economia Solidária, da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campos de Sumé, sob orientação da Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima (Pesquisadora responsável).

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Atenciosamente;

Tanielba Lêla Araújo

Consentimento do voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente que os dados da pesquisa serão usados pela responsável com propósitos científicos.

Sumé, _____

Assinatura do participante